

Por que falar de racismo: considerações a partir da realidade da escola pública

Why talk about racism: considerations from the reality of public schools

Por qué hablar de racismo: consideraciones desde la realidad de las escuelas públicas

Arnóbio Rodrigues de Sousa Júnior – arnobiojr07@gmail.com
Professor da rede básica de ensino do estado do Ceará
Orcid : <https://orcid.org/0000-0003-1766-7672>

Antonio Clébio Duarte Paiva – clebioadp@gmail.com
Mestrando em Filosofia da Universidade Estadual Vale do Acaraú
Orcid : <https://orcid.org/0000-0003-0318-7301>

Resumo

Este ensaio tem como objetivo problematizar a necessidade de abordar a temática racial na sala de aula, sobretudo, a partir da realidade da escola pública brasileira, marcada por diversas identidades, sujeitos, culturas, hábitos e comportamentos. Embora a escola seja uma instituição educativa, não está imune da prática discriminatória, tendo em vista a operacionalidade do racismo desde as práticas pedagógicas as relações cotidianas entre os estudantes na escola. Há uma necessidade histórica e atual de combate a toda e qualquer forma de opressão, principalmente quando se trata da discriminação racial que atinge de forma violenta os corpos negros, colocando-os em um lugar de subalternização, desvalorização intelectual e objetificação perante os pressupostos da supremacia branca. Utilizou-se a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica e as vivências na educação básica como procedimentos metodológicos. Consideramos a escola pública como um dos agentes da transformação social, por isso, deve-se sistematizar ações e propostas educativas de fortalecimento dos marcos legais da educação para as relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Lei nº 10.639/03, Docência, Sensibilização.

Abstract

This essay aims to problematize the need to address racial issues in the classroom, especially from the reality of Brazilian public schools, marked by different identities, subjects, cultures, habits and behaviors. Although the school is an educational institution, it is not immune from discriminatory practices, in view of the operationality of racism from pedagogical practices to daily relationships between students at school. There is a historical and current need to combat any and all forms of oppression, especially when it comes to racial discrimination that violently affects black bodies, placing them in a place of subordination, intellectual devaluation and objectification before the assumptions of supremacy white. Qualitative bibliographical research and experiences in basic education were used as methodological procedures. We consider the public school as one of the agents of social transformation, therefore, educational actions and proposals must be systematized to strengthen the legal frameworks of education for ethnic-racial relations.

Key words: Law No. 10.639/03, Teaching, Awareness,

Resumen

Este ensayo tiene como objetivo problematizar la necesidad de abordar las cuestiones raciales en el aula, especialmente a partir de la realidad de las escuelas públicas brasileñas, marcadas por diferentes identidades, sujetos, culturas, hábitos y comportamientos. Si bien la escuela es una institución educativa, no está exenta de prácticas discriminatorias, en vista de la operatividad del racismo desde las prácticas pedagógicas hasta las relaciones cotidianas entre los estudiantes en la escuela. Existe una necesidad histórica y actual de combatir todas y cada una de las formas de opresión, especialmente cuando se trata de la discriminación racial que afecta violentamente a los cuerpos negros, colocándolos en un lugar de subordinación, desvalorización intelectual y cosificación frente a los supuestos de supremacía blanca. Se utilizaron como procedimientos metodológicos investigaciones bibliográficas cualitativas y experiencias en educación básica. Consideramos a la escuela pública como uno de los agentes de transformación social, por ello, se deben sistematizar las acciones y propuestas educativas para fortalecer los marcos legales de la educación para las relaciones étnico-raciales.

Palabras clave: Ley N° 10.639/03, Enseñanza, Concienciación.

Recebido em: 12/07/2023

Aceito: 28/08/2023

Publicado: 22/11/2023.

Considerações iniciais

Este artigo surge das implicações, vivências, experiências pedagógicas e cotidianas na sala de aula na/da escola pública, no interior do Estado do Ceará. Durante nosso momento formativo na aula de sociologia em uma turma de segundo ano do ensino médio da escola profissional do estado do Ceará houve a seguinte indagação por parte de um estudante branco: “professor, porque você fala tanto de racismo, essa temática de novo?”. Enquanto gestor da sala de aula e considerando os tensionamentos realizados no componente curricular, entende-se que o questionamento do estudante revela, a priori, o incômodo em relação as discussões realizadas em sala de aula, demonstrando insatisfação com o debate, (des)conhecimento, indiferença e falta de proatividade para com a luta antirracista.

Enquanto política de Estado (SILVA, 2022), o racismo atua na escola e nas diversas mentalidades com o intuito de negar a existência da diferença. Assim, a indagação proferida em sala de aula é bastante reflexiva, portanto, nos convida a estar atentos para descolonizar olhares, entendimentos, e narrativas hegemônicas que incidem na negação do pensamento afrocentrado.

Desse modo, a questão problema deste ensaio é: por que falar de racismo na escola? Esta questão norteadora nos instiga a pensar sobre o nosso papel diante da luta antirracista. Acreditamos que alunos e professores precisam estar irmanados em prol da desconstrução de estigmas e estereótipos sobre a identidade negra e seus corpos, rotulados historicamente como minorias sociais.

A partir deste ensaio, busca-se responder a necessidade de abordar a temática racial na escola, pois a escola deve se tornar cotidianamente uma instituição acolhedora das diferenças e de luta incisiva contra o preconceito e a discriminação racial.

De acordo com as exigências epistêmicas da lei nº 10.639/03, todos os componentes curriculares devem abordar a temática racial, contribuindo para a justiça social e, sobretudo, reparar desigualdades e retrocessos no que diz respeito aos direitos da população negra e afro-brasileira. Há improvisos sobre a abordagem das questões raciais na escola e/ou indiferença de professores, o que revela o distanciamento entre teoria e prática, sendo insuficiente na luta histórica

de combate ao racismo, fruto das resistências e insurgências do Movimento Negro Brasileiro.

O (des)conhecimento de profissionais da educação sobre racismo e temas correlatos, explicita o quanto necessitamos avançar para além do que está posto enquanto norma, de modo a contemplar os espaços de vida e de convívio social da população negra. Nessa perspectiva, acreditamos ser imprescindível abordar a temática racial na escola, de tal forma que os preconceitos e discriminações não sejam mais naturalizados. Conforme Carvalho (2022) “[...] o racismo é tão intrínseco em nosso cotidiano que, com frequência, tende a não ser enxergado; é naturalizado”. (p. 99).

Observa-se no cotidiano escolar, um emaranhado de situações que, em muitas circunstâncias, são confundidas como bullying e tendem a não ser enxergadas e combatidas. A ausência de proposições e intervenções contra o preconceito e a discriminação racial revela o quanto ainda somos coniventes com este tipo de opressão que é estratégica para a manutenção dos privilégios brancos, portanto, da branquitude, entendida como um sistema de poder que nega constantemente os valores, ideais, culturas, identidades e conhecimentos da população negra, mantendo todas as condições estruturais para a permanência da exploração da classe trabalhadora racializada.

Acreditamos ser necessário falar sobre racismo em virtude de vivermos em um país marcado pela desigualdade social e pela competitividade em prol da própria liberdade, estimulando as instituições, inclusive a escola, a operar pela lógica da produtividade, proporcionando a exclusão social entre estudantes. Embora muitas pessoas não se sintam responsabilizadas pelo racismo, cabe a cada uma se responsabilizar e atuar na desconstrução deste sistema de poder e de suas práticas discriminatórias, visto que a luta antirracista deve ser uma prática coletiva.

Portanto, entende-se como um gesto cívico, ético e político se colocar como agente interventor, de combate constante a operacionalidade do racismo. Estudantes vivenciam situações na escola que precisam ser tensionadas, atenuadas e problematizadas para que haja a sensibilização e reflexão sobre suas atitudes diárias. Para tanto, utilizou-se a pesquisa de natureza qualitativa e de

cunho bibliográfica como recurso metodológico, além das vivências na sala de aula como técnica de observação, discussão, reparação e combate ao racismo.

Resultados e discussões: breves notas

O racismo está grafado no espaço e diante das urgências e complexidades do mundo contemporâneo é uma tragédia humana sem precedentes. Conforme Almeida (2020), mesmo diante dos avanços democráticos, o racismo tende a continuar sistematizando, hierarquizando e classificando os grupos humanos conforme os interesses sociais, econômicos e políticos da supremacia branca, deixando a população negra em condições de acesso minoritário as políticas públicas e aos mais diversos espaços institucionais. Apresentar essas questões na escola propicia a construção de uma formação humana integrada a uma perspectiva de sociedade que possa valorizar a diversidade étnico-racial.

A questão problema suscitada em sala de aula – “porque falar de racismo” – oportuniza que seja abordado na escola o quanto o racismo está introjetado nas mentalidades humanas e, possui um caráter estrutural de negação das diversas identidades e sujeitos. Por apresentar uma perspectiva simbólica cristalizada no imaginário social (DIAS *et al.*, 2022), é comum perceber a disseminação de estereótipos em relação a diversidade de grupos humanos, sobretudo em relação a população negra.

Compreende-se que nos últimos anos houve avanços na aplicabilidade das leis nº 10.639/03 e 11.645/03. Sabe-se, no entanto, que há permanências quanto ao tratamento da questão racial na escola. Por isso mesmo, o redimensionamento de práticas pedagógicas e uma nova leitura sobre o racismo se constitui em uma das tarefas mais importantes para formar sujeitos que saibam se posicionar de maneira crítica, respeitando as diferentes posições e combatendo as formas de injustiça.

Discutimos racismo em sala de aula em prol de articular saberes, competências e habilidades que denuncie as práticas discriminatórias e possibilite ao estudante compreender o seu espaço de vida, em diferentes perspectivas espaciais, e defenda um projeto de país multicultural. Há em curso um projeto de genocídio da população negra e na diáspora não somente pela

ausência de políticas públicas, mas também permeado no próprio acesso a estas políticas públicas que, inclusive, não chegam para todos.

Mesmo com o acesso as instituições e das políticas integridade social, dentre outras, é notório a tentativa de aniquilamento da população negra, considerando-se o sucateamento da assistência social e a garantia mínima dos direitos a estes povos; a precarização da saúde; o boicote a educação; a segurança pública, o encarceramento em massa e seus rebatimentos à juventude negra brasileira; a política habitacional e a segregação socioespacial, visto que há um maior quantitativo de negros/as ocupando os aglomerados subnormais em relação as pessoas brancas (NETO; RIANI, 2005).

Nota-se que o racismo, mesmo com a efetivação de direitos, atua de forma sutil, não mais visto como em tempos remotos, salvo as exceções. “Ainda assim, é sabido que os destinos das políticas de combate ao racismo está, como sempre esteve, atrelado aos rumos políticos e econômicos da sociedade” (ALMEIDA, 2021, p. 151). Obviamente, apresentar a temática racial na escola é estratégico para fomentar um currículo, ensino e aprendizagem que visem destituir preconceitos, de tal modo que os estudantes tenham a capacidade de analisar suas particularidades e, sem dúvidas, problematizar a realidade brasileira sem perder de vista a questão racial.

Logo, busca-se construir em nossas práticas pedagógicas uma proposta de ensino que se contrapõe a lógica mercadológica, onde há como ideal de ensino e currículo a manutenção de privilégios, opressões e a suposta preparação do estudante para um mercado de trabalho que objetiva sujeitos dóceis a uma condição de desumanização. O racismo tem como característica, desumanizar a identidade negra, e de forma operacional, reduzir a população negra a uma identidade única, reduzindo-os a uma única cor de pele.

Esse imaginário é presente na visão e leitura de mundo de muitos alunos, sobretudo quando se trata do continente africano. Portanto, investir em formação para a educação das relações étnico-raciais é uma estratégia pedagógica e política para reverter quadros de preconceito e discriminação racial. Percebam que o questionamento suscitado em sala de aula está, no nosso entender, imbricado em uma dúvida e ao mesmo tempo indiferença em relação a operacionalidade do racismo na sociedade brasileira.

Sensibilizar e comover os estudantes sobre a naturalização das desigualdades e segregação racial é uma questão ética, pois envolve padrões e valores, e política, justamente pela necessidade de pautar avanços na garantia de direitos e na efetivação das políticas públicas que prezam pelos direitos humanos e equidade racial. O racismo estrutural enquanto legado da escravidão [que não cessou, apenas mudou de endereço e operacionalidade] atinge de forma violenta os corpos negros. A escola não está imune da discriminação. Observa-se no espaço escolar a constituição de um imaginário ocidental que produz auto-imagens, estereótipos e estigmas sobre o universo (HERNANDEZ, 2008).

Assim, o racismo se estabelece na escola de forma velada, por meio das brincadeiras, apelidos pejorativos, situações de negação do outro em dinâmicas e grupos, na sala de aula e, em momentos coletivos de formação. Nesse sentido, estamos disputando o currículo justamente por ser um território de disputas e, por conseguinte, um modelo de sociedade, objetivando construir a possibilidade de formar cidadãos conscientes e críticos. Conforme Silva; Silva (2022), “alunos e alunas, uma vez, conscientes do racismo, como sinônimo de projeto de poder, poderão intervir criticamente na realidade, no intuito de desarticular a operacionalidade do racismo” (p. 57).

Em muitas circunstâncias, as escolas tendem a naturalizar relações humanas opressoras, viabilizando a manutenção das práticas discriminatórias. A naturalização do racismo está muito presente nas práticas pedagógicas, a partir do improvisado quando tratam sobre as questões étnicas e raciais, dentre outros temas correlatos. Logo, faz-se necessário que possamos (re)conhecer a docência como uma atividade crítica e intelectual, de maneira a adotar estratégias e posturas de combate a toda e qualquer forma de opressão.

É necessário que estudantes questionem sobre como opera o racismo, o que nos possibilita visitar narrativas racistas e destitui-las, agindo de forma honesta e, sem dúvidas, prezando pela construção de um conhecimento afroreferenciado. Ainda, consideramos imprescindível ao discutir a temática racial, estreitar os laços com seus espaços de vida, levando-se em conta a relação escola e família, bullying x racismo, mercado de trabalho e racismo institucional, habitação e segregação socioespacial, além de outras questões que estão intrínsecas as nossas vidas.

Nessa perspectiva, estas discussões nos ajudam a compreender que vivemos em uma sociedade capitalista e que, portanto, o racismo é condição fundamental para a manutenção desse sistema social, político e econômico que não vive sem a exploração da classe trabalhadora, aprofundando o Brasil de maneira constante e abissal em um capitalismo de economia dependente. Nos inquietamos com a provocação feita em sala de aula, pois o (des)interesse de estudantes sobre a temática racial revela as constantes reproduções das discriminações raciais nos espaços de sociabilidade, incluindo a sala de aula que não deixa de ser um ambiente de interação social e de fragilidade das competências socioemocionais que se manifestam no pensar, sentir e nos comportamentos e atitudes.

Não podemos continuar aceitando que estudantes brique com a estética e biotipo de pessoas negras. Ressaltamos que não existe cabelo ruim, o que existe são as diferenças fenotípicas e estas devem ser respeitadas e aceitas, embora não estejam instituídas nos padrões sociais estabelecidos pela brancura. Portanto, “ideias racistas devem ser combatidas, e não relativizadas e entendidas como mera opinião, ideologia, imaginário, arte, ponto de vista diferentes, divergência teórica” (RIBEIRO, 2018, p. 39). Logo, as pessoas que brincam, em muitas circunstâncias, em um modo operandi inconsciente, não estão isentas do discurso racista, mesmo justificando ser brincadeira e ser sem querer.

Assim, conforme Ribeiro (2018) “até quando utilizarão o humor como desculpas para comentário racistas? (p. 31). Estes tensionamentos estão em evidência, pois em nosso cotidiano há denúncias de preconceito e discriminação racial e todas alicerçadas nas brincadeiras, apelidos e xingamentos. Geralmente os estudos e publicização de conhecimento sobre o tema está centrado em professores que reconhecem as temáticas raciais como questões candentes para pesquisa. É comum termos nas escolas atividades esporádicas o que não significa necessariamente aplicabilidade da lei, uma vez que para que haja a aplicabilidade é necessário ações permanentes, diárias e não somente em datas específicas, incluindo ações da gestão escolar para promover a equidade racial.

Além disso, é problemático o improvisado de profissionais ao tratar da temática em datas esporádicas, pois não tem afinidade e familiaridade com o assunto, reverberando os estereótipos sem intenção sobre a população negra e

suas contribuições para a formação territorial e populacional brasileira. Deveríamos, portanto, ter nas escolas profissionais que se preocupem em articular saberes nos componentes curriculares para fortalecer a luta antirracista, de modo que explicita aos estudantes a importância e relevância do tema para que vejam que não se trata de uma questão individual e pessoal de um/a único/a professor/a.

Todas as vezes que nos deparamos com um questionamento desse tipo em sala de aula, sabemos que estamos longe de conscientizar nosso público-alvo, pois as relações sociais em nossa sociedade está entranhada no racismo e, portanto, tende a ser naturalmente disseminada a crianças, jovens e adultos. Sabemos que a escola sozinha não será o único agente da transformação social, é nessa perspectiva que precisamos trabalhar de forma colaborativa com os pares para fortalecer nossa rede de aprendizagens.

Estimamos está contribuindo para a formação humana dos jovens na escola, muito embora haja dissabores sobre a proposta trabalhada, bem como denota o estudante em sala de aula. Desse modo, falamos de racismo, sobretudo, para demarcar o quanto a população negra foi e continua a ser estigmatizada ao longo do tempo. Pessoas brancas sofreram e sofrem bullying, foram e são violentadas, mas não deixaram de valorizar a pele branca e a estigmatizar a pele negra. Pessoas brancas não deixam de entrar nos mais diversos espaços por serem brancas, enquanto negras são revistadas, recebem olhares de desconfiança e por apenas terem no corpo a pele negra chegam a serem brutalmente violentadas.

Indivíduos brancos são violentados, no entanto, os números evidenciam que a morte de pessoas é majoritariamente preta na periferia brasileira. Nos glomerados subnormais o número de pessoas negras é muito maior em relação a pessoas brancas. Então, que fator provoca esse desequilíbrio entre brancos e negros, se não a segregação socioespacial, visto que o racismo também opera no espaço se restituindo, reproduzindo e se perpetuando.

Para esclarecer ainda mais o quanto o racismo atinge a população negra, basta acessar os dados do sistema carcerário brasileiro, pesquisar sobre o maior percentual de pessoas que estão em condições poder, investigar sobre quem são as pessoas mais ricas do Brasil, como vive a população negra no pós-abolição,

identificar o percentual de negros e brancos na educação básica brasileira, nos cursos superiores, na política brasileira, nas empresas, em profissões de alta qualificação, refletir sobre quem tem mais chances de ser vítimas de homicídio no Brasil, dentre outras situações que nos convida a refletir e a polir nosso olhar colonizado por uma biblioteca colonial, pela mídia ocidental racista e por diversos mecanismos que o racismo usufruiu para manter o status quo.

Assim, constata-se que sempre houve a pele alvo e a pela alva. Durante muito tempo e hoje de forma sofisticada, o racismo atua no sentido de negar a humanidade e as condições existenciais da população negra. É buscando reparar historicamente as desigualdades que lutamos pelas cotas raciais como política de estado. Não se trata de esmola, mas de oferecer condições estruturais de acesso a emprego, educação e muitos outros direitos mínimos. Sem dúvidas é uma forma de corrigir historicamente a exclusão social e institucional das pessoas negras ao longo do tempo.

Por fim, a discussão do racismo está para além dos muros escolares, constitui um processo de autoconhecimento e autodeclaração de forma positiva para que estudantes negros parem se sentir vergonha por terem no corpo a pele negra tão rotulada no imaginário da sociedade brasileira. Discutimos racismo para que nos tornemos sujeitos antirracistas e possamos sair do lugar de escuta e mobilizar conhecimentos, ações e atitudes contra esta opressão fortemente enraizada em nossa sociedade. As diferenças existem em todos os sentidos possíveis e devem ser valorizadas, respeitadas, incluídas e integradas. Só assim iremos conseguir minimamente promover a equidade racial.

Considerações Finais

Este artigo revela a necessidade atual, histórica e urgente do compromisso com os marcos legais da educação para as relações étnico-raciais. Houve muitos avanços do ponto de vista da legislação, mas há permanências e retrocessos quando se trabalha com improviso e indiferença nos espaços formais de construção de saberes, competências e habilidades.

A provocação feita pelo estudante nos inquieta no sentido de repensarmos o trabalho pedagógico e alinhar estratégias de informação e disseminação de

conhecimento em sala de aula. A escola é um dos principais lócus para pesquisa, pois são muitas vivências, experiências, angústias, dúvidas e questionamentos que oportuniza desenvolver a pesquisa.

Portanto, este trabalho é fruto dos diálogos de formação na escola e, principalmente pelo apreço e zelo da educação para as relações étnico-raciais. Inquestionavelmente, o presente trabalho apresenta valiosas contribuições a docência, a formação de professores e ao público interessado na discussão.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer no 3, de 10 de março de 2004**. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de maio de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf.
- CARVALHO, Monique de Souza. Luta antirracista no Brasil: o que os brancos tem a ver com isso? **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59583>.
- DIAS, Luiza Franco.; RODRIGUES, Luana Molz.; MAGEDANZ, Maria Carolina. Bullying ou Racismo. *In*: SILVA, Mozart Linhares da.; DIAS, Luiza Franco (Org.). **21 textos para discutir racismo na sala de aula**. São Carlos: Pedro e João, 2022.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 4º ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- NETO, Eduardo Rios.; RIANI, Júlia de Lucena Ruas. Desigualdades raciais nas condições habitacionais na população urbana. *In*: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. (Org.). 2. ed. Belo Horizonte: editora gutenber, 2005.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SILVA, Rafael Ferreira da.; SILVA, Maryelle Macedo da. A efetivação da lei 10.639/03 através da contação de histórias. *In*: NUNES, Cícera et al. (Org.). Caderno olhares docentes. **Revista África e Africanidades**, n. 41, Quissamã, Rio de Janeiro, 2022.